

White Paper

Impacto de notícias negativas

Cinco melhores práticas para screening de mídia adversa

Enter

- | 02 **Introdução**
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Introdução

Os riscos à reputação são muito reais e têm impacto concreto nas instituições financeiras. Embora nem todas as notícias negativas envolvendo um titular de conta sejam prejudiciais a uma instituição, alguns crimes como financiamento do terrorismo e tráfico de pessoas, podem comprometer bastante a integridade da reputação se for descoberto que ativos provenientes dessas atividades foram repassados através de uma instituição.



| 02 **Introdução**

| 05 Definindo a hora certa

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

| 11 Implementando categorização de risco

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Em comparação aos requisitos regulatórios sobre screening de clientes para sanções e pessoas expostas politicamente (PEPs), as orientações para screening de mídia adversa ou pessoas reputacionalmente expostas (PREs) têm historicamente permitido às instituições financeiras maior flexibilidade na adoção de seu próprio modelo baseado em risco. Porém, isso traz o potencial para maiores variações na abordagem entre diferentes empresas e profissionais do setor.

Essa diferença em abordagens é agravada ainda mais pela variedade aparentemente infinita de fontes online, incluindo jornais, revistas, agências de notícias, transcrições de televisão, feeds de mídia social e registros públicos. Isso pode ser um enorme desafio para os departamentos de compliance que tentam administrar as obrigações de Conheça Seu Cliente (KYC - Know Your Customer) e Due Diligence de Cliente (CDD Customer Due Diligence) de uma instituição financeira para a revisão de mídia adversa.

Mesmo o uso de agregadores de notícias respeitados, que colocam dezenas de milhares de fontes de notícias ao nosso alcance, pode parecer “informação demais” sem uma boa estratégia de screening. Ao incorporar pesquisas sobre fontes de mídia adversa, os desafios para os profissionais de compliance geralmente incluem:

- Volumes insustentáveis de correspondências e fontes de notícias
- Dificuldade de analisar os resultados
- Questões de integridade da fonte
- Habilidades investigativas inconsistentes em toda a equipe
- Fadiga dos analistas
- Processos caros e ineficientes



Este white paper desenvolvido pela LexisNexis® Risk Solutions analisa as cinco melhores práticas para se ter uma abordagem eficiente e eficaz para o screening de mídia adversa.

| 02 **Introdução**

| 05 Definindo a hora certa

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

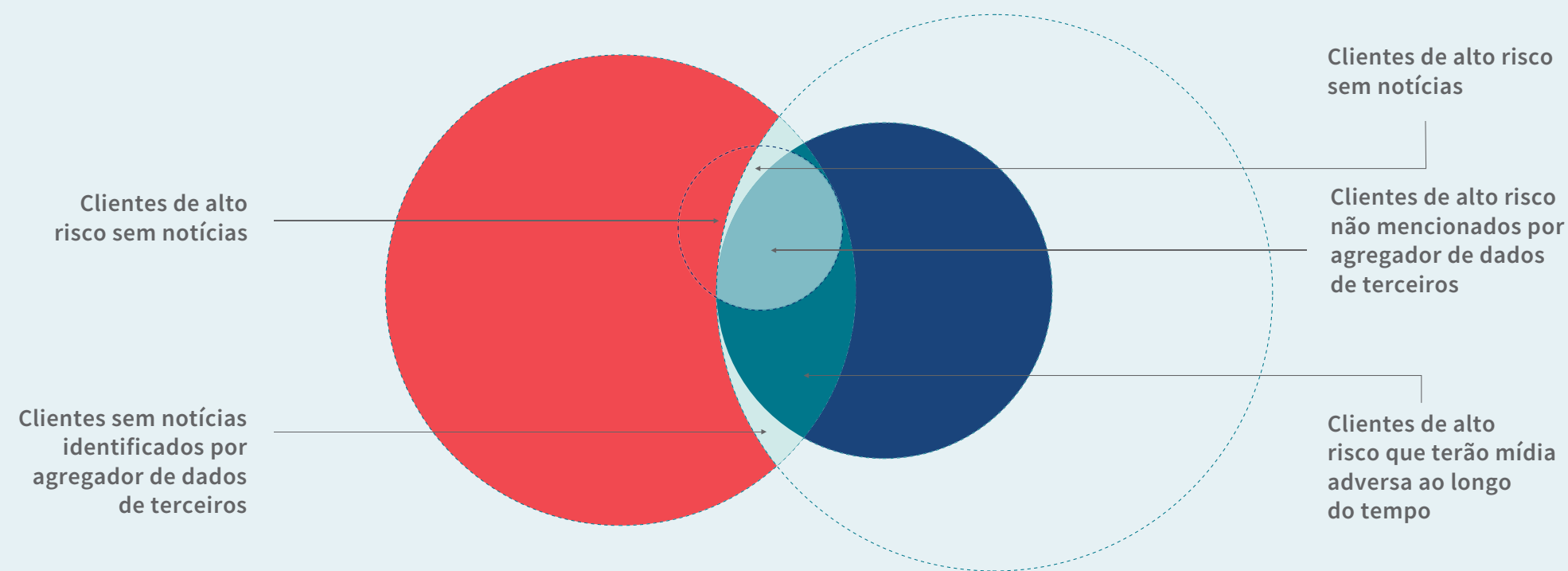
| 11 Implementando categorização de risco

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Identificando pessoas reputacionalmente expostas (REPs) em mídia adversa



● Toda mídia adversa publicamente disponível (internet e noticiário geral)

● Notícias de agregadores de dados de terceiros

● Banco de dados completo de clientes

● Clientes classificados como de alto risco pela empresa

● Risco oculto – clientes não identificados como sendo de alto risco, mas com notícias mencionadas por agregador de dados de terceiros

Conteúdo

- | 02 Introdução
- | 05 **Definindo a hora certa**
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Definindo a hora certa

Uma das melhores formas de se monitorar mídia adversa é examinar minuciosa e constantemente cada fonte de notícias disponível para garantir estar totalmente atualizado sobre tudo o que há para saber no mundo. Uma abordagem mais realista, no entanto, pode incluir considerações sobre quando procurar por mídia adversa.

Por exemplo, talvez todas as partes da conta recém-adicionada possam ser analisadas no momento da abertura e revisadas com base em um cronograma guiado por critérios de risco definidos pela política (ou seja, tipo de conta,

jurisdição, atividade esperada etc.). Ao seguir esta abordagem é importante que uma instituição considere diferenciar o tipo de revisão ou a profundidade da revisão para o onboarding inicial e monitoramento contínuo.

Se os recursos permitirem, vale a pena considerar uma análise mais profunda no início de um relacionamento. Isso ajudará não apenas com os requisitos regulatórios básicos de KYC, como também com um profundo conhecimento de possíveis históricos ou negócios do cliente que possam ser de interesse.

| 02 Introdução

| 05 **Definindo a hora certa**

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

| 11 Implementando categorização de risco

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Embora os profissionais de compliance se concentrem na busca de evidências de risco, é importante criar um perfil KYC robusto para a pessoa física ou jurídica envolvida, independentemente de informações “adversas” serem identificadas.

Para monitoramento contínuo, a instituição pode utilizar um cronograma baseado em risco para atualizar as buscas de mídia nas partes da conta com base em certos critérios de risco, como atividade da conta, tipo de produto, jurisdição ou atividade de mídia não solucionada na pesquisa inicial. É importante complementar a “abordagem programada por critérios de risco” com uma reavaliação contínua tanto dos critérios usados para determinar o perfil de risco em geral quanto da classificação de risco atribuída individualmente à parte específica.

A instituição também deve considerar estabelecer diretrizes claras para revisões de mídia “causadas por ocorrências”. Ou seja, a identificação de atividades que podem justificar uma investigação prioritária e “não programada” de fontes de notícias como resultado de atividades de contas recém-descobertas, inquéritos policiais, conhecimento de outras notícias negativas ou relacionamentos com contraparte de alto risco.



A confiança em um cronograma baseado em risco por si só pode não fornecer a proteção suficiente para uma instituição que deixa de agir após receber informações factíveis obtidas das revisões programadas e documentação de tal ação.

Conteúdo

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 **Equilibrando revisões manuais e automatizadas**
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Equilibrando revisões manuais e automatizadas

É importante reconhecer os pontos fortes que uma equipe unificada e bem treinada de analistas agrega a um programa de compliance com relação a identificação e análise de mídia adversa. Mesmo o sistema automatizado mais eficaz não consegue reproduzir o comportamento humano e a tomada de decisões de maneira tão perfeita a ponto de proteger uma instituição financeira de riscos regulatórios e danos à reputação. Além das considerações óbvias de recursos relacionados aos volumes de revisão manual de buscas de mídia adversa, um dos maiores desafios da revisão manual é garantir uma abordagem padrão e consistente.

1/4

| 02 Introdução

| 05 Definindo a hora certa

| 07 **Equilibrando revisões manuais e automatizadas**

| 11 Implementando categorização de risco

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Como uma instituição pode mitigar melhor o risco de inconsistência em vários conjuntos de habilidades investigativas e abordagens da equipe?

É fundamental definir diretrizes processuais claras sobre como utilizar recursos de investigação de terceiros para cenários específicos. Ao usar agregadores de notícias, a equipe de investigação tem uma direção clara e consistente do tamanho do período de tempo que eles devem pesquisar?

Se eles têm o poder de restringir o escopo, estão incorporando palavras-chave e frases no campo de busca? Em caso afirmativo, existe um conjunto padrão de critérios que os analistas usam de maneira consistente?

Esses critérios são revisados regularmente para garantir que a equipe esteja efetivamente visando as áreas de risco mais pertinentes ao negócio?



- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 **Equilibrando revisões manuais e automatizadas**
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Um dos desafios potenciais que os investigadores enfrentam ao conduzir uma revisão de mídia adversa pode ser tentar evitar entrar em uma situação que levaria a uma busca sem resultados. Em outras palavras, como você determina quando foi gasto tempo suficiente em um assunto, quando a pesquisa até o momento não revelou nenhuma informação de valor? Os procedimentos podem oferecer uma orientação de transferir a revisão para um colega após 15 minutos de investigação infrutífera, para outra pessoa ver se encontra algo útil ou confirmar a ausência de informações relevantes. Também é importante considerar quando a ausência de informações confiáveis pode ser suspeita, com base no perfil do cliente, histórico de trabalho declarado ou expectativa do potencial de visibilidade na esfera pública.

Mesmo as instituições com os processos manuais mais eficientes podem não ser capazes de dedicar pessoal adequado para revisar todas as partes da conta em detalhes. E, ao contrário de uma revisão manual programada, uma diária contínua deve ser considerada para o monitoramento dos clientes em relação à atividade de mídia recém-identificada. Como resultado, processos automatizados devem complementar a revisão manual como parte integral do screening de mídia adversa.

Entretanto, para que um processo automatizado seja eficaz, ele deve ter um escopo razoável e para mantê-lo sob controle, a equipe de compliance deve começar definindo as expectativas. Sistemas automatizados que simplesmente lançam uma ampla rede varrendo a internet ou bancos de dados de fontes de notícias provavelmente produzirão alertas ineficazes em volumes enormes.



- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 **Equilibrando revisões manuais e automatizadas**
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Uma abordagem melhor seria trabalhar com um fornecedor terceirizado de listas que tenha uma equipe dedicada de editores que reúne notícias relevantes em perfis individuais sobre PREs ou entidades comerciais. Com essa abordagem, a solução fica mais focada na questão de “Quem na base de clientes tem notícias dignas de nota já compiladas por um provedor de dados respeitável?” em vez de “Quais informações existem no mundo que podem estar relacionadas ao meu cliente?”

Uma solução eficaz para automatizar a revisão contínua de fontes de notícias deve equilibrar os benefícios óbvios do monitoramento e da fiscalização diários, evitando as armadilhas de analistas sobrecarregados com um mar de acessos contendo muito poucos itens factíveis, ou pior, com a falta destes. Isso exige uma solução automatizada que possa avaliar adequadamente a qualidade das informações resultantes do alerta, o que permite priorizar o risco.

Os sistemas automatizados podem servir como uma linha de frente inicial e sistemática para ajudar a evitar “o ruído” associado à revisão manual de grandes volumes de alertas de baixa qualidade.

Esse é um problema que resulta em fadiga dos analistas e na possibilidade de um alerta verdadeiro ser sinalizado como falso.

Os profissionais de compliance precisam definir quais aspectos da abordagem às buscas por mídia adversa se beneficiariam de uma revisão manual “prática” em vez de um processo automatizado..

Revisão manual

- Define diretrizes claras de procedimentos
- Define cronograma
- Define a flexibilidade do escopo
- Define padrões para busca de palavra-chave/frase
- Reavalia critérios para direcionar o risco de mudança
- Identifica quando abortar uma busca ou transferir a um colega

Revisão automatizada

- Define expectativas
- Define o escopo
- Usa agregadores de notícias para melhor direcionamento
- Identifica sobre quais clientes já existem notícias a respeito
- Prioriza as informações resultantes pela qualidade do alerta

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 **Implementando categorização de risco**
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Implementando categorização de risco

Ao contrário da descoberta de um alerta de sanções, a identificação de mídia adversa não resulta em uma classificação binária e em preto e branco de “risco” ou “sem risco”. Por exemplo, se uma pessoa física estiver na lista da OFAC SDN, não há classificação dos níveis de risco associados a ela. A correspondência significa que ela é de alto risco e as ações de acompanhamento são claramente definidas.

Porém, para mídia adversa há uma profundidade muito maior de classificação para avaliar o nível de risco. Em outras palavras, as descobertas de mídia adversa não são as mesmas. Como profissionais de compliance, é fácil pensar na categorização do nível de risco como algo que se relaciona principalmente às partes da conta.

Por exemplo

Nível 1

- A classificação Nível 1 pode estar relacionada a alegações de níveis mais baixos, crimes não financeiros e não violentos.

Nível 2

- O Nível 2 pode fazer referência a algum tipo de crime financeiro ou crime comum que representa um risco à reputação da instituição.

Nível 3

- O Nível 3 pode equiparar-se a crimes flagrantes (tanto financeiros como não financeiros) ou conectados a comportamentos adversos que possam representar grande risco regulatório ou à reputação da instituição.

| 02 Introdução

| 05 Definindo a hora certa

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

| 11 **Implementando categorização de risco**

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Como alternativa, um modo mais simples pode ser ter apenas dois níveis: “Risco Médio” para mídia adversa de nível inferior e “Risco Elevado” para assuntos que representam um risco superior ao nível médio. Definir muitos níveis de categorização de risco pode servir apenas para confundir os analistas de compliance e complicar demais o trabalho, por isso é melhor manter as coisas tão simples quanto o apetite de risco que a empresa permitir.

Além de priorizar a revisão das ocorrências iniciais e ajudar a avaliar melhor o risco interno, estabelecer categorias claras de níveis de mídia adversa (ou seja, crimes financeiros de colarinho branco, crimes comuns, crimes violentos ou não violentos) também é importante. Isso permitirá que uma instituição forneça orientação eficaz sobre as etapas apropriadas para que um processo de monitoramento e vigilância contínuos do perfil do cliente possa ser estabelecido.

Por fim, ter um processo eficaz de avaliação periódica das categorias de mídia adversa é fundamental para garantir que elas abordem o risco com mais eficiência dentro da instituição financeira.



Além de priorizar a revisão das ocorrências iniciais e ajudar a avaliar melhor o risco interno, estabelecer categorias claras de níveis de mídia adversa também é importante.

Conteúdo

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 **Considerando o tempo de existência**
- | 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos
- | 18 Conclusão

Considerando o tempo de existência

Além da categorização de vários “níveis” de mídia adversa, levar em conta o tempo de existência do material identificado pode ser necessário. Uma empresa pode querer determinar se certos tipos de mídia adversa podem ser vistos como de menor risco com o passar do tempo.

Esse conceito de enfraquecimento do peso de uma notícia pode ser considerado para descobertas que normalmente

classificam uma entidade com um nível de risco mais alto, mas considerando tanto a passagem do tempo quanto a ausência de mídia adversa subsequente, pode diminuir o nível de risco.

| 02 Introdução

| 05 Definindo a hora certa

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

| 11 Implementando categorização de risco

| 13 **Considerando o tempo de existência**

| 15 Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

| 18 Conclusão

Na medida do possível, o uso de critérios com base no tempo de existência deve ser claramente definido para que os analistas tomem decisões informadas. Determinar a materialidade da mídia adversa com base apenas no seu tempo de existência certamente não seria eficiente, pois provavelmente haverá tipos de gravidade relacionados à mídia adversa para os quais o tempo não é um fator.

Por exemplo, notícias negativas sobre corrupção ou outros crimes financeiros graves podem ser relevantes para a tomada de decisão muitos anos após o acontecimento do evento. Da mesma forma, os de menor gravidade podem ser considerados irrelevantes após algum período de tempo.

As instituições devem classificar as notícias negativas e incluir o seu tempo de existência como um dos critérios documentados para cada categoria.

É em conjunto com abordagens de categorização de mídia adversa previamente identificada que se pode considerar com mais eficácia (e eficiência) se o prazo das ocorrências tem alguma influência na resposta de uma equipe a elas.

Dito isto, muitas vezes pode ser mais difícil realizar a classificação na prática do que o esperado.

Portanto, é importante consultar outras informações não noticiosas relacionadas ao perfil do cliente, como atividade da conta, associações conhecidas com entidades de alto risco, localização geográfica e fonte de riqueza.

Isso ajudará a definir se faria sentido reduzir qualquer classificação de risco padrão de ocorrências de mídia adversa com base no tempo.

Conteúdo

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 **Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos**
- | 18 Conclusão

Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos

1/2

Mesmo depois de definir quando a busca será realizada, o que pesquisar e como analisar os resultados, ainda há muito a ser considerado no futuro. Envolver-se na “caça” à mídia adversa é apenas parte das responsabilidades de uma equipe. Uma vez que isso tenha sido executado e uma conclusão alcançada sobre se as informações fazem referência ao cliente e são importantes, a próxima pergunta é: “O que fazer com essa informação?”

É fundamental ter uma documentação robusta e um plano claro do que fazer em seguida. Se a informação não estiver documentada, é como se não tivesse acontecido. Além disso, se uma avaliação sobre uma ocorrência foi feita hoje, isso não substitui a necessidade de monitorar as mudanças no futuro.

Ambos os cenários são cruciais para um programa eficaz, pois dão suporte às três principais decisões dos analistas relacionadas a pesquisas de mídia adversa:

- Ocorrências MATERIAIS correspondentes/vinculadas confirmadas
- Ocorrências IMATERIAIS correspondentes/vinculadas confirmadas
- Nenhuma ocorrência correspondente/vinculada:

| 02 Introdução

| 05 Definindo a hora certa

| 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas

| 11 Implementando categorização de risco

| 13 Considerando o tempo de existência

| 15 **Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos**

| 18 Conclusão

Um screening único de qualquer parte da conta identificará, na melhor das hipóteses, o risco relacionado ao histórico de atividades. Se as ocorrências são materiais ou imateriais (ou seja, não são graves o suficiente para se alinhar com o cálculo de risco de um programa), é necessário monitorá-las para futuras atualizações.

Talvez a melhor maneira de conseguir isso seja tendo as ocorrências administradas por um processo separado baseado em informações conhecidas e monitorando o surgimento de novas. Para monitoramento contínuo, a automação eficaz pode ser a melhor abordagem. Ter um processo separado e automatizado para revisar atualizações e alterações em ocorrências já conhecidas fará com que os recursos sejam usados de maneira mais direcionada.

Caso contrário, há um potencial maior de se perder as atualizações dentro dos resultados gerais de uma plataforma de screening de mídia adversa com grande volume.

Pense nessas atualizações não como alertas ou ocorrências, mas sim como notificações de alterações nas informações que já estão sendo monitoradas. Isso deve ser incorporado não apenas as ocorrências “MATERIAIS correspondentes/vinculadas”, mas talvez, e ainda mais importante, aos

“IMATERIAIS correspondentes/vinculadas”.

Afinal, se for confirmado que as ocorrências estão de fato ligadas ao cliente, também é importante saber se alguma atualização terá impacto na definição inicial da materialidade.

“As instituições financeiras estão altamente expostas aos riscos à reputação. O Wall Street Journal publicou que “um incidente de reputação que causou uma queda de dois pontos no índice de pontuação de um banco desacelerou o crescimento de sua receita em cerca de 22%”

The Wall Street Journal

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 **Garantindo a fiscalização e o monitoramento contínuos**
- | 18 Conclusão

Saber o que fazer com as ocorrências “MATERIAIS correspondentes/vinculadas” é fundamental. Semelhante ao tratamento de uma investigação de aplicação da lei, a ocorrência inicial de mídia adversa material pode justificar uma investigação mais robusta sobre fontes de registros públicos e atividades anteriores da conta. Isso resulta em um relatório de atividades suspeitas, fechamento de conta, envio a um conselho ou comitê executivo de risco ou um modelo de vigilância de perfil de risco mais alto dependerá, em última análise, dos resultados da investigação e das orientações descritas nos procedimentos da empresa.

No caso de uma revisão de mídia adversa que resulte em "Nenhuma ocorrência correspondente/vinculada", um processo bem definido é necessário para garantir a análise periódica dessa revisão para (1) monitorar ocorrências mais recentes que possam se apresentar e (2) incorporar qualquer informação recém-identificada sobre o cliente aos resultados da revisão inicial.

Por exemplo, considere uma revisão inicial de mídia adversa que não resultou em ocorrências relacionadas ao cliente. Outra revisão das fontes de mídia pode ser justificada se o perfil KYC for atualizado posteriormente para refletir informações recém-identificadas, como um nome ou apelido usado anteriormente, uma correção de data de nascimento ou conhecimento de negócios fora da jurisdição local.

A revisão deve incorporar tanto os identificadores recém-adquiridos quanto as fontes das publicações mais recentes, a fim de identificar potenciais ocorrências não descobertas anteriormente.

1 Monitore as ocorrências mais recentes

2 Incorpore novas informações

Conteúdo

- | 02 Introdução
- | 05 Definindo a hora certa
- | 07 Equilibrando revisões manuais e automatizadas
- | 11 Implementando categorização de risco
- | 13 Considerando o tempo de existência
- | 15 Ensure Ongoing Monitoring and Suveillance
- | 18 **Conclusão**



Conclusão

As instituições devem desenvolver políticas e procedimentos para identificar e lidar com entidades de alto risco, como as expostas por meio de mídia adversa (PREs). Isso inclui definir quando executar pesquisas, a melhor maneira de se usar automação, quais informações pesquisar, quais são relevantes e como responder às informações recebidas. Muitas instituições financeiras enfrentam dificuldades para lidar com a abundância de alertas que podem ser gerados se não tiverem uma direção clara de priorização de recursos e resultados.

Fornecedores de soluções devem conseguir priorizar, de maneira eficaz, as correspondências baseadas em risco real para que as instituições possam apresentar as informações mais relevantes aos investigadores. A abordagem da

LexisNexis® Risk Solutions ao screening de PREs utiliza a probabilidade e a gravidade de uma correspondência para priorizar risco e reduzir a carga operacional que as instituições enfrentam na gestão de processos de due diligence de cliente (CDD, sigla em inglês).

Fale conosco

Para saber mais, entre em contato com o gestor da sua conta LexisNexis® Risk Solutions. Você também pode visitar o nosso site para conhecer todas as nossas soluções:

risk.lexisnexis.com/complianceBR



Sobre a LexisNexis Risk Solutions

A LexisNexis® Risk Solutions explora o poder dos dados e das análises avançadas para fornecer informações que ajudam empresas e governos a reduzir risco e melhorar a tomada de decisões, beneficiando pessoas no mundo todo. Fornecemos soluções de dados e de tecnologia para uma grande variedade de setores, inclusive de seguros, serviços financeiros, assistência médica e governos. Com sede na área metropolitana de Atlanta, Georgia, EUA, contamos com escritórios por todo o planeta e fazemos parte do RELX (LSE: REL/NYSE: RELX), fornecedor global de análises baseadas em informações e ferramentas de tomada de decisão para clientes profissionais e empresas. Para mais informações, acesse www.risk.lexisnexis.com e www.relx.com.

Todas as informações, dados, tabelas, gráficos, figuras e diagramas aqui contidos tem fins somente informativos e não se destinam e não devem ser usados como aconselhamento jurídico. A LexisNexis Risk Solutions não garante a funcionalidade e nem os recursos de qualquer produto da LexisNexis Risk Solutions mencionado.

A LexisNexis Risk Solutions não representa e nem garante que este documento esteja completo e sem erros.

A LexisNexis e a logomarca Knowledge Burst são marcas comerciais registradas da RELX Inc. Outros produtos e serviços podem ser marcas registradas de suas respectivas empresas.

Copyright © 2022 LexisNexis Risk Solutions Group. NXR15599-00-0722-PT-LA